
MARRAKESH – GAC: Discussões sobre atenuação do abuso de DNS e .Amazon
Terça-feira, 25 de junho de 2019 – 08h30 às 10h15 WET
ICANN65 | Marrakesh, Marrocos

CATHRIN BAUER BULST: Bom dia. Vamos começar com a sessão sobre a mitigação de abusos do DNS. Vamos falar um pouco sobre esse assunto, mitigação de abusos do DNS, que é um assunto recorrente na ICANN, que foi fonte de muitos debates ao longo dos anos. Vamos para o próximo slide. Na próxima hora, vamos explicar um pouco onde nos encontramos, tentar responder perguntas e temos aqui algumas: O que é um abuso do DNS? Por que é importante para o GAC?

Depois, as políticas aplicáveis a ICANN com Jaime Hedlund e Bryan Schilling, vão atualizar sobre o que está sendo feito, quanto a mitigação do DNS. Depois vamos ver que outras coisas poderiam ser feitas para melhorar a mitigação e qual poderia ser a função da ICANN Org e a comunidade, e por extensão, como poderíamos continuar promovendo esse debate para termos uma boa abordagem a esse problema. Então, o que é abuso do DNS? Então, vou passar aqui o microfone para o meu colega Chris.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

CHRIS: Sim. Um dos aspectos principais é sobre a definição de abuso do DNS. Temos várias áreas que são complementares com definições complementares sobre a definição de abuso do DNS. Uma das primeiras da ICANN Org foi com um programa, um salvaguarda sob o programa de novos gTLDs para mitigar abusos e pelo qual, o abuso são atividades não-solicitadas, intencionalmente destrutivas para utilizar o DNS ou para os elementos utilizados para o registro de nomes de domínio.

Depois tivemos um relatório final de revisão sobre um consenso, revisão dos CCT e o que constitui o abuso e segurança. Essa revisão tem muitas recomendações e algumas delas são chave para avançar com formas efetivas de eliminar os abusos e também a recomendação de salvaguarda do GAC. Primeiramente, em 2010, tivemos uma recomendação. Depois tivemos outras como o Comunicado de Beijing em 2013, que eu não vou ler todos os detalhes aqui, mas eu me concentrei nas atividades criminosas, como farming, phishing, malware, botnets e ameaças à segurança e os danos que podem causar.

CATHRIN BAUER BULST: Muito obrigada, Chris. Nos encontramos em uma situação. que é importante aqui para a infraestrutura. Nós só somos responsáveis pelo aspecto técnico e o que é feito com essa infraestrutura... Como comunidade da ICANN, isto está refletido no fato de que há referências a abusos do DNS nos contratos.

Portanto, precisamos ter alguém, uma pessoa de contato para a questão de abusos, que esteja disponível também, em requisitos técnicos e verificações técnicas dos abusos, que podem estar acontecendo no espaço. Mas não temos uma definição sobre abuso, temos várias definições diferentes em diferentes documentos de políticas, que vão desde a abusos da infraestrutura, propriamente dita até o abuso que tem mais a ver com conteúdo.

E nos encontramos em um ponto bem interessante, discutindo esse assunto. Isso tem acontecido por um tempo, mas ainda não chegamos a um acordo, um consenso na comunidade para encontrar uma definição precisa do que é abuso do DNS. Quanto as políticas, que já existem, eu quero dar aqui um pouco de atualização do que está sendo feito neste campo e por que nós, o GAC, deveríamos preocupar-nos com a questão de abusos. Há algumas considerações sobre cibersegurança, manutenção da infraestrutura e explicar o impacto dos abusos no DNS. Eu vou passar aqui para o meu colega Gabe, quem vai explicar um pouco sobre o trabalho, que é feito diariamente pela polícia para lutar, combater contra os abusos no DNS.

GABRIEL ANDREWS:

Oi, bom dia. Sou Gabe. Eu sou um policial simples, mas espero explicar um pouco o que acontece no mundo real, nas ruas. Eu sei que há termos acadêmicos, mas eu vou explicar um pouco

mais como é o mundo real. Eu tenho dois exemplos aqui. O abuso no espaço do botnet e outros que não são no espaço botnet. Primeiro, o botnet, vocês já ouviram o termo. São máquinas, uma série de máquinas que obtém informações. Mas o importante é que: como elas coletam essas informações?

Temos um servidor de controle, de comando que controlam todos os computadores. E como é que seu computador, [inaudível] chega até esse servidor? Enquanto alguém "over ZEUS", esse é um botnet que infecta o computador, fica talvez meses ou anos no computador da gente. Talvez colhendo informações da conta bancária. E neste caso, houve comprometimento do sistema DNS.

Aqui temos uma consulta feita no [inaudível] esse é o fluxo nas redes e essa é uma máquina que é vítima dessa infecção. Temos caracteres, cadeia de caracteres aleatórios aqui, que estão sendo atacadas e o malware aqui utiliza o "timestamp" do computador. E no futuro, em algum momento, terá informação sobre nomes e para dar instruções ao botnet para que com, nessa única vez, possa se conectar.

Neste caso, e esse é um ciberespaço com esse mecanismo claro para evitar as forças ou as pesquisas dos policiais. Nós trabalhamos com o setor privado também. Encontramos também, muito abusos e temos trabalhado também para os próximos seis meses. E neste caso, esse é um caso que é muito importante, quando temos o esquema denominado BEC, que é

aleatório, que é uma das principais fraudes mundiais. Vocês podem receber esse e-mail, por exemplo, para aqueles que nunca tiverem visto isso, eu quero explicar que tudo isso funciona através do e-mail. E aqui, o criminoso vai enviar e-mails as pessoas que tem capacidade de fazer transferências de dinheiro, em companhias, por exemplo. E às vezes, tem funcionários que estão com muita pressa, que abrem e cumprem. Mas esse é um exemplo de um e-mail com phishing. Isso acontece muito em companhias e as pessoas do mundo nunca vão perceber, que o domínio que tem uma alteração muito pequena. Aqui temos "fly jet edge", mas o criminoso envia "fly IET", faz uma pequena alteração no endereço com um caractere só. Fez uma inversão aqui, acrescentou um "i", "yi" num dos endereços. Essa é a pequena alteração e isso significa uma fraude de muitos dólares.

Aqui vemos "fly IET", que é um pouco diferente do "fly jet edge" e também temos outras alterações bem comuns, RN com o versus M, U versus V, maiúsculos e minúsculos e isso acontece cada vez mais. Está crescendo e é o que a gente vê a cada dia. Esse é um documento anexo, esse foi incluído no exemplo que eu dei do "jet edge". Isso foi para uma companhia aérea. mas isso acontece em diferentes setores, sociedades beneficentes ou imobiliárias, caixas de poupanças, por exemplo.

São muitas verbas em dinheiro. Em Outubro de 2013, perdas enormes de US\$ 3 bilhões aproximadamente. E vou continuar

passando. Vamos para o último exemplo. E temos um mecanismo para receber consultas e é o IC3. Isso é nos Estados Unidos. Esse é o último slide. Esse é um esquema que está crescendo muito e recebemos reclamações de mais de 30 países do mundo, 130 países, aliás, do mundo. Só explica a prevalência desse esquema e também o desespero dessas vítimas, que pedem ajuda. Para mim, abuso é isso. Temos pessoas que têm perdido tudo que eles tinham no computador. Obrigado pela atenção e pelo tempo.

CATHRIN BAUER BULST: Muito obrigado, Gabe. Foi muito útil para colocar a gente em contexto. Temos aqui algumas ideias de por quê deveria ser uma questão de preocupação e que a prevenção é necessária, bem necessária. E a discussão que nós temos aqui, que função pode ter a ICANN e a comunidade para prevenir esse tipo de delitos, porque às vezes, já é tarde. E é importante levar em conta a prevenção, também nas companhias, com os botnets e ter implementado medidas de segurança. E também, poderíamos perguntar como é que essa comunidade poderia contribuir para a prevenção dos abusos. Às vezes, quando geramos cadeias de caracteres, poderíamos perguntar sempre, qual é o objetivo, quando temos alguém que está gerando essas cadeias.

Há uma relação estreita com o WHOIS aqui. Já tivemos uma discussão sobre isso. Todos vocês sabem que há um processo, um PDP em andamento e é sobre como poderíamos dar acesso a dados, quando registramos nomes de domínio, dados no WHOIS. Mas há uma parte dos dados WHOIS, que já não estão disponíveis devido a proteção da privacidade. Então, como é que podemos combater os abusos através da análise dos dados do WHOIS. Aqui falou um exemplo sobre o "fly jet edge", o Gabe deu um exemplo. E há possibilidade de pesquisa quem está por trás desse nome de domínio e chegar a ter o criminoso, que inventou esse nome de domínio parecido com o nome real. Também, quando não temos mais prestação de contas, devemos recorrer a outros instrumentos para, por exemplo, a prevenção. E temos terceiros, que estão ajudando, que estavam ajudando a mitigar, mas que agora já não fazem essa tarefa. Estamos começando a perceber esses impactos. Isso piora a situação, especialmente, quando estamos tratando a questão da mitigação dos abusos do DNS.

GABRIEL ANDREWS:

Queria adicionar mais uma coisa. Quando falamos sobre uma consulta reversa, podemos pensar nesse exemplo do "fly IET edge", ver como este nome está registrado. Esta é uma técnica bem útil para buscar quem está por trás e também com outros nomes de domínio. E às vezes, encontramos 5, 10 outras nomes

ou endereços que são bem parecidos, que são vítimas potenciais e se eu agir rapidamente, vou poder prevenir perdas enormes de dinheiro.

CATHRIN BAUER BULST: E falar [inaudível], se não for possível, então deveríamos alertar as companhias que tem nomes parecidos. E às vezes, recebemos relatórios sobre os montantes, as perdas. E quanto a ICANN Org aqui, temos aqui um representante que vai explicar onde nos encontramos com todos os processos ou o que está sendo feito, enquanto a salvaguardas o consumidor e cumprimento de contratos.

JAMIE HEDLUND: Sou Jamie Hedlund. Eu sou o encarregado da questão de salvaguarda do consumidor e cumprimento contratual. E estou muito contente por estar aqui. Essa é uma discussão muito oportuna e temos falado muito sobre abuso do DNS recentemente. É uma questão que já há tempos, estamos considerando. Eu gostei muito de sua referência a relação com o WHOIS, porque há semelhanças entre abuso do DNS e do WHOIS e também como o GDPR. Antes do GDPR não havia uma política de consenso, só havia políticas individuais, independentes. E também acontece isso com o WHOIS. É por isso que o GAC e a

ALAC e SSAC tem identificado os abusos, como uma iniciativa que a comunidade deveria submeter a consideração.

O Bryan falou sobre salvaguardas do consumidor, que é diferente da questão de cumprimento. Vamos falar um pouco sobre os esforços e sobre o por quê deveríamos discutir isso na comunidade. Oficialmente, a questão dos abusos do DNS e outras questões, como os contratos, auditorias e depois, eu ficarei a disposição para perguntas.

[DESCONHECIDO FALANDO EM OUTRO IDIOMA]

BRYAN SCHILLER:

... feito para facilitar as discussões em relação ao abuso do DNS. Em Setembro de 2018, fizemos um webinar, em que publicamos algumas das salvaguardas, que existem nos estatutos da ICANN e contratos, que solicitam feedback. O GDPR, então, foi muito discutido, chamou muita atenção e o Jamie me chamou para me juntar a ICANN e ver a correlação entre o GDPR e o WHOIS, mas isso não está acontecendo ainda.

Então, há muita energia sendo dirigida ou enfocada nisso. Quanto as salvaguardas, houve alguns webinars com OAs e CCs, que me convidaram e também, olhamos algumas queixas de abuso em relação ao cumprimento da ICANN, para ver se havia

informações interessantes, que poderiam ser extrapoladas para discussões futuras.

Então, voltando para Setembro, então, quais são as políticas da ICANN para o abuso do DNS. Não há nenhuma política como a Cathrin falou. Ainda temos que definir o que é o abuso do DNS e essas questões ainda permanecem e como se pode ver aqui há áreas de medidas voluntárias, nos quais o GAC se envolveu para promulgar, para ajudar os operadores de registro.

No início desse ano, tivemos algumas discussões informais com alguns membros de OAs e CCs, para as discussões de OAs e CCs em sessão intracomunitária em Montreal na ICANN 66. Tivemos uma boa discussão na cúpula do GDD em Bangkok com as partes contratadas, em que a ideia de um PDP seria realizado sobre o que é o abuso do DNS ou outros mecanismos que poderiam ajudar a facilitar a mitigação do abuso do DNS dentro da comunidade da ICANN ou se havia lacunas ou em relação a conformidade ou se houvessem problemas sistemáticos de abuso do DNS. As partes contratadas tem programas que respondem ao abuso e falaram como pode informar o resto da comunidade sobre o que está fazendo para abordar essa questão.

E quais são as evidências empíricas para relatar as fontes, as partes contratadas que não conseguiram reagir. E Também, fora da comunidade da ICANN, há um projeto de jurisdição da internet. Há uma excelente discussão que foi dividida em três

tópicos de jurisdição, então o acesso transfronteira, as informações digitais como informações de assinantes, informações digitais.

E também uma segunda parte, que seria sobre o conteúdo e jurisdição e há um terceiro envolvidos em domínio e jurisdição. Então, estamos começando a ver se há, por exemplo, um padrão que pode ser aplicado no ecossistema como um todo, que poderia abordar essas queixas de abuso e se há outras questões dentro da internet e da jurisdição, que podem ser discutidas dentro da comunidade. Eu acho que há o potencial de progresso até a discussão de Montreal e gostaríamos muito de receber suas contribuições para isso.

JAMIE HEDLUND:

Muito obrigado, Bryan. Da perspectiva da conformidade contratual, um comentário geral é que isso é confirmado pelos dados, que vimos do sistema DARR, que é operado pelo Escritório do CTO. Então, há uma grande maioria de registros e registradores, que estão se esforçando em combater e mitigar o abuso do DNS, segundo a definição atual. A grande parte do abuso é realizado por um punhado de partes contratadas. E geralmente, eles não veem a ICANN e não participam das discussões de políticas. Então, é muito difícil conseguir contratar essas partes contratadas. E como o Bryan falou em Bangkok, muitos dos registros não estão fazendo a coisa certa,

mas sabem em termos de reputação. Como resultado dessas poucas maçãs podres, a sua reputação pode ser muito prejudicada. Então, eles estão usando agora alguns incentivos para reduzir o abuso de DNS por parte de algumas partes contratadas.

Então, recentemente, lançamos a nossa primeira auditoria especificamente enfocada em abuso da infraestrutura do DNS. Começou em Novembro. Então, antes nós tínhamos um pequeno grupo de partes contratadas e fazíamos auditoria, mas dessa vez, o que nós fizemos, nós auditamos todos os registros praticamente e vimos como, qual era a sua conformidade com as obrigações contratuais, quanto ao abuso do DNS. Então, no novo contrato, as obrigações de abuso de DNS, especificação 11, 3B, eles devem escanear as suas zonas para monitorar o abuso do DNS e ter relatórios sobre isso e incluir relatórios sobre medidas tomadas.

Essa cláusula veio direto de uma recomendação do GAC. Então, o GAC fez essa recomendação já em Pequim e isso se aplica aos novos gTLDs e quase todos os gTLDs. Não há nenhuma disposição para nenhum dos contratos de domínio de topo tradicionais e alguns foram incluídos, outros se recusaram a participar, porque disseram que não tinham nenhuma obrigação de fazer qualquer coisa. Isso não quer dizer que não estão fazendo nada. Mas o que eles não estão... estão dizendo que, não quer dizer que não estão fazendo nada, mas não

sabemos o que estão fazendo. Então, na auditoria, o que nós solicitamos foi aos Setores de Recreação nos dessem relatórios de ameaças a segurança por período de tempo, como aqueles que foram atacados por phishing e malware e botnet, como fizeram esse controle. Então, eles fizeram esses relatórios durante esse período. Então, DARR, as listas negras de reputação, foram consultadas para ver o que aconteceu nesse mesmo período.

E comparamos as duas listas. E a comparação variou muito, algumas eram idênticas. Houve algumas lacunas, em que em outros casos, houve uma lacuna bastante significativa. E fizemos discussões bastante construtivas, vimos as listas negras de reputação e vimos que há deficiências em ambas listas. Nem todas essas listas são atualizadas, quando o domínio não é mais abusivo.

Porque a ação foi tomada há muito tempo. Então, ao fazer essa comparação, fizemos relatórios a todos os registros individualmente, a cada novo gTLD. Há vários que não registraram nenhum nome de domínio. Então, não tem nenhuma ameaça de segurança. E alguns, então, monitoram e muitos especialmente, marcas não sofreram nenhum abuso. Nós vamos lançar uma auditoria semelhante para os registradores em Setembro. Não estabelecemos exatamente como vamos fazer ainda, porque há várias obrigações. Esses registradores tem obrigações muito maiores do que os registros,

mas vamos ter um relatório em Julho, que será publicado, que esperamos que ajude as discussões da comunidade para dizer quais são as obrigações, que estão estabelecidas, onde há lacunas e que ferramentas podem nos ajudar. E queremos então, que talvez, se elabore uma política de consenso e emendas, com isso, emendas nos contratos. Seria excelente ter ferramentas para verificar abusos sistemáticos.

CATHRIN BAUER BULST: Muito obrigada. Eu gostaria de contextualizar melhor a ferramenta DARR é a ferramenta de relatório de abuso de domínio. Então, o que dá é uma nota, um score por gTLD ou então, mostra que um gTLD tem um espaço mais seguro do que outro. Mas não mostra quais domínio são problema ou que registradores trabalhando com esse TLD são fontes de preocupação. Ou então, no momento, essa ferramenta é bastante abstrata e não impacta muito, não é muito útil. Mas o que sim, ajuda é para elaborarmos políticas. E também, gostaria de dizer que essa revisão da conformidade, o Jamie mostrou que as preocupações do GAC, quanto ao impacto são bem fundadas.

Nós temos relatórios de uma das equipes de revisão de concorrência, confiança e opção do consumidor. Diz que 60% de phishing foram feitos por cinco gTLDs. Então, nós temos a maior parte do phishing concentrados em criminosos, poucos

criminosos, em cinco. Então, não temos as políticas adequadas para retirar essas maçãs podres. Então, essas auditorias estão sendo feitas, porque o GAC recomendou que se fizessem essas auditorias. Então, isso tem um impacto e o Jamie e os colegas discutiram essas questões para ver se há, quais são as informações necessárias para a elaboração de uma política e quais são as políticas necessárias para garantir que tenhamos os meios de ter um espaço mais seguro possível nessa comunidade. Bom, dito isso, eu vou abrir então, para perguntas. Mas antes, vou passar a palavra para Greg.

GREG: Muito obrigado, Cathrin. Alguma pergunta até agora? Bem... Desculpem. Uma pergunta.

ASHWIN SASTROSUBROTO: Sou Ashwin da Indonésia. Cathrin, eu gostaria de saber se no grupo de trabalho, vocês também discutiram essa questão básica de filosofia sobre o problema de segurança? Então, a segurança e a conformidade, às vezes, são controversas. Então, quanto mais conformidade, menos segurança, você tem. Por exemplo, desculpem ... Sr. Policial, desculpe, eu não lembro o seu nome. Eu gosto muito de ouvir o pessoal das forças da lei falar, porque eles são bastante diretos. Então, a conformidade e a segurança são como a fiscalização e a justiça. Então, sempre é

necessário checar o que os gTLDs estão falando, os registradores para evitar. E bom, o que eu queria dizer é que em muitos países, estão se falando que há várias gTLDs, sejam revisadas pela ICANN e que se demonstre um certo nível de segurança. Eles não tem nenhuma exigência de [inaudível]. Você pode registrar esse gTLD e você tem que verificar a empresa, verificar o que ela faz e daí, a número 4, você precisa disso ou disso. Então, depois disso a ICANN pode dizer tudo bem. E a ICANN pode dizer: "vocês não tem nenhum problema de segurança, você pode usar o XYZ".

Então, às vezes, você tem uns dados, milhões de gigas de dados em um centro e ninguém pergunta quem você é. Então, são níveis diferentes, Nós precisamos de uma grade de segurança na Indonésia, por exemplo. Então, se nós temos um, então, um registro temporário, o meu ASHWIN. Então, por exemplo, a minha empresa é a ASHWIN com Y e outro faz a ASHWIN com I e consegue registrar. Então, isso pode ser feito facilmente com um gTLD. E isso não dá liberdade aos usuários finais. Se você usar .ID, podemos dizer ao operador de ID: "você deve verificar quem é". Nós precisamos de mudar certas políticas da ICANN. Eu gostaria de saber se vocês já discutiram isso? Quais são as mudanças de políticas para ter menos conformidade, mas mais segurança? Reduzir a conformidade para garantir a segurança do sistema.

CATHRIN BAUER BULST: Muito obrigado pela pergunta. Eu gostaria de responder antes de passar para o Jamie e Bryan. O meu marido e eu discutimos sobre autenticação em dois fatores, em dois níveis. Então, ele sempre tem que dar uma segunda informação para acessar. Então, é uma questão de conforto, ele não quer ter que digitar duas vezes, uma coisa. Então, eu tenho uma opinião diferente, eu tento convencê-lo que isso vale a pena. Os registrantes, eles querem entrar rapidamente na sua contas, eles não querem ter que fazer essas autenticações em dois níveis e podem então, mudar o seu domínio para o gTLD diferente, que tenha um registro diferente e que seja mais fácil, eu acessar. E por isso, que no GAC, é por isso que nós ficamos céticos, quanto quais medidas, não sabemos quais as medidas de segurança são tomadas.

Então, o que nós estamos preocupados é com o objetivo final, o espaço deve ser bastante seguro. Então, há bons exemplos disso [inaudível] com .DK que faz muitas verificações. Não são medidas que devem ser feitas só na entrada, mas por trás, historicamente. Então, há várias medidas que podem ser tomadas, que não tem que afetar o conforto da pessoa ou a facilidade de acesso. A multa para dar dinheiro e cidadãos no nosso país, que serão que precisam ser protegidos, [inaudível] ser considerado quanto a [inaudível] contrapesos. Jamie, você quer adicionar alguma coisa?

JAMIE HEDLUND:

São ideias muito interessantes. Faz parte da discussão da comunidade. E quanto ao PDP, isso também pode ser discutido no GAC. Podemos receber recomendações do GAC, especialmente quanto a próxima rodada de novos gTLDs. E se for adotado, poderá ser incorporado aos contratos, que temos agora. Mas o aspecto negativo é que há algumas desvantagens, mas sempre é melhor do que não fazer nada. É melhor ter isso do que não ter nada. Mas o lado negativo é que como vem da adoção de uma recomendação do GAC, pode haver falta de entendimento comum sobre o que isso significa. Uma auditoria que acabamos de fazer, por exemplo, não temos muitos registros, que estão observando, não só os relatórios de ameaças, mas como isso é feito, os efeitos, também uma lista de bloqueamento também de quando vai contra a reputação. Mas só com essas sentenças em um contrato poderemos ver o que está sendo feito. E isso é melhor do que nada. E por estar em um contrato, sempre por trás disso, há discussões e deve haver discussões. Porque se não for assim, pode haver interpretações erradas. Essas ideias continuam a ser debatidas em diferentes âmbitos.

FINN PETERSEN: Muito bem. Obrigado. Muito obrigado por essa sessão aqui. É uma discussão muito importante para o nosso projeto. Ver o que podemos fazer com os abusos e eu espero que a condição dos contratos melhorem no futuro e que ajudem a comunidade. Fica claro para todos que isso deve ser implementado, devemos apoiar esse tipo de implementações. E temos bons exemplos na Dinamarca para o processo de registro e se for correto, um processo. Isso para evitar prejudicar os consumidores e também a propriedade intelectual. Há uma correlação então, entre todas essas questões e aqueles que querem enganar os consumidores. Temos uma série de oficinas, mas de 75 vezes, em que tivemos isso. E também muitos abusos e isso agora foi diminuído até zero. Temos esse sistema pelo qual observamos alguns aspectos e se detectamos o problema, se há um prazo de 30 dias para resolvê-los, como acontece com os bancos também. Pode haver problemas no registros de nomes, por exemplo. São muitas causas e essa informação pode ser enviada e pode ser resolvida e isso funciona muito bem neste caso específico. Então, apoiamos muito a busca de ferramentas e mais condições contratuais e possibilidades de aplicação da lei. Porque se não for assim, se não fizermos isso, não haverá nenhuma solução.

CATHRIN BAUER BULST: Muito obrigado. Algum comentário? Alguma pergunta?

GREG:

Sim, é importante que o GAC faça muitas sugestões inovadoras para o universo de nomes de registros. Tudo isso deve ser considerado e promover a elaboração de políticas com base em fatos, estudar bem o espaço com uma metodologia. Temos encontrado coisas muito interessantes, por exemplo, em políticas de preços não estamos em posição de perguntar os registradores, quais são os preços para combater o abuso. Mas precisamos de mais transparência para obter dados mais concretos dos operadores e sobre os domínios, que estão sendo abusados. E dessa maneira, os criminosos vão ter que pagar multas. Seria um bom incentivo para os registros. Então, temos uma série de soluções inovadoras, que poderiam ser implementadas. E poderíamos continuar com essa discussão na comunidade da ICANN.

E há uma série de outras medidas, que poderiam ter impacto direto. E também, o [inaudível], privacidade e proxy. Essas são coisas, que estão sendo discutidas durante os processos de PDPs como um marco criado pela comunidade por consenso faz uns anos. E no Grupo de Privacidade estamos trabalhando só com isso. Isso está causando um impacto nas pesquisas e a segurança do espaço. E também, nas pesquisas e na elaboração de políticas com base em fatos, acreditamos que o DARR é um instrumento muito útil e precisamos de transparência. E também, dados mais concretos para termos dados adequados

para que as autoridades possam agir, não só com uma pontuação de desempenho. Eles precisam de mais dados para obter mais transparência. Muito obrigado.

CATHRIN BAUER BULST: Muito obrigado, Greg e Jamie e Bryan também. E então, vamos ver o que o GAC pode fazer para avançar nessa discussão. Queremos propor uma série de próximos passos a serem considerados. Temos mais informação num briefing que vocês receberam sobre a questão de mitigação de abuso do DNS. Mas poderíamos fazer um acompanhamento de recomendações prévias do GAC, como a questão da segurança do espaço do TLD em vários comunicados, como Copenhague, Kobe. E também, temos uma série de perguntas detalhadas, que permitam fazer uma avaliação de onde, como é que está a questão das políticas, o status quo através de canais como processos de auditoria. Em auditorias, estivemos muito ocupados com o espaço do WHOIS e deixamos essa questão um pouco de lado. Mas sim, temos um grupo de trabalho, que se ocupou dessa questão e isso aqui, que eu estou sugerindo é uma parte do que nós poderíamos fazer no GAC. E também sondarem outras áreas potenciais, em que poderíamos continuar trabalhando.

Também poderíamos pedir ao GAC, que considere fazer um acompanhamento das revisões dos CCTs. Em Kobe, tivemos uma discussão muito, muito longa sobre isso com a equipe de

revisão de CCT. A maioria não foram aceitas. Houve preocupações, já que a comunidade ainda não estava preparada para implementar essas recomendações. Mas há várias delas, que realmente tem muito valor para a comunidade atualmente. E o GAC poderia considerar esse aspecto aqui e também, para começar uma discussão com a comunidade, continuar com a conversa sobre abuso. Todos deveríamos reunir-nos e pensar em um formato de discussão, a partir do que já foi considerado no passado e para continuar em Montreal. São aspectos que poderíamos considerar atualmente.

Vou parar por aqui e ficamos aqui abertos a perguntas ou comentários do resto. E se não houver perguntas ou comentários. Deixamos essas considerações para vocês refletirem. David [inaudível].

DAVID TAYLOR:

Oi, fala David Taylor. Você mencionou a equipe de revisão de CCT. Eu fui membro dessa equipe de revisão. E quanto ao que você disse, é muito útil em questão com as recomendações. E eu queria um pouco também, mencionar o que o GAC poderia fazer e que tem uma função realmente importante para, enquanto obter essa especificação sobre a revisão de arquivos. Houve a reclamação 15 sobre abusos do DNS. Foi um pré-requisito, que nós mencionamos. Ir até a raiz dos TLDs e no contrato básico, Jamie, poderíamos incluir ou também o DARP, que é uma

política. é outro mecanismo, que poderia ser incluído nos contratos. Então, gostaríamos muito de trabalhar com outros nesse questão. Devemos ter muito cuidado sobre o que o GAC menciona, aspectos que não vem, por exemplo, dos PDPs. Isso quanto ao que for incluído nos contratos-base.

CATHRIN BAUER BULST: Muito obrigada por ter feito essa conexão, quanto as rodadas. Porque é muito importante para o GAC considerar as políticas, as novas rodadas. Precisamos de mais clareza e mais transparência, quanto ao funcionamento das políticas. E quanto as maçãs podres, elas sempre estão presentes neste espaço. Fiona. Fiona pediu a palavra.

FIONA: Obrigada. Eu quero agradecer Jamie, Bryan, a apresentação. E nas próximas reuniões da ICANN, essa conversa deveria ser feita com a comunidade, como um todo. Acho que isso seria muito importante.

CATHRIN BAUER BULST: Muito obrigada, Fiona. Não há mais comentário. Portanto, agradeço a vocês pela atenção a esta hora, tão cedo. Esse tópico é muito importante. Vou passar então, o microfone para a Manal para a próxima sessão. Muito obrigado.

[APLAUSOS]

[PRÓXIMA SESSÃO]

MANAL ISMAIL:

Obrigada, Cathrin e a toda Equipe de Segurança Pública, todos aqueles que falaram hoje de manhã, os colegas também que participaram tão ativamente. Por favor, peço que fiquem nos seus assentos. Vamos passar para a próxima sessão.

Bom dia, de novo. Essa é a sessão sobre .AMAZON. Recebemos uma solicitação ontem da ICANN Org para informar brevemente sobre o itinerário, como tem sido o percurso do .AMAZON. Então, temos o Laurent, quem vai fazer uma apresentação. Por favor, de 3 à 5 minutos breve, para depois continuar com a nossa sessão, que infelizmente, está limitada a 45 minutos. Obrigada. Laurent.

LAURENT FERRALI:

Obrigado. Bom dia a todos. Eu sou Laurent Ferrali, da Equipe de Engajamento dos Governos da ICANN. E vou explicar um pouco como foi o processo de .AMAZON. Eu sou Laurent Ferrali. Eu vou ser breve, porque às vezes... Essa é uma questão muito importante. Mas eu vou ser breve. Por favor... Então, não tem a apresentação, mas tudo bem. Na reunião em [inaudível], GAC

decidiu objetar a solicitação de .AMAZON da corporação Amazon.

Sim, muito obrigado. E como parte do programa de iniciativa da corporação Amazon, tivemos então, os solicitantes e do TLD, .AMAZON. E em [inaudível], o GAC recomendou ao Board de não proceder com a delegação de .AMAZON e de acordo com o Manual do Solicitante, o GAC teve a oportunidade de solicitar ao Board, que não outorgasse o registro. E a Diretoria seguiu a recomendação de não proceder com a solicitação de .AMAZON foi em Maio de 2014. E não houve então, nenhuma delegação para .AMAZON. E desde então, temos tentado encontrar uma solicitação e enviar uma proposta aos países envolvidos. Isso foi em 2015 e os países envolvidos fizeram uma proposta. Então, a corporação Amazon decidiu começar um processo em Março de 2016.

O próximo slide. Foi iniciado um novo processo ERP em Julho de 2017, com um painel de ERP, que emitiu uma declaração final, pelo qual o Board agiu de forma inconsistente com as normas, porque não houve uma avaliação profunda dos fatos. Se vocês... Por favor, eu peço que deixem o slide que eu estava lendo. Muito obrigado. Basicamente, esse painel ERP decidiu que o Board não teve a oportunidade de objetar a solicitação de .AMAZON sem uma fundamentação sólida. E a ideia foi que o Board tinha que oferecer uma fundamentação por trás de sua decisão. Consideraram que não foi coerente e portanto, depois da

declaração do painel ERP, o Board solicitou ao GAC, perguntou ao GAC se tinha alguma fundamentação de sua rejeição da solicitação. O GAC não pode emitir nenhuma justificativa e pediu ao Board, que buscasse uma solução para essa situação. Então, foi iniciado um processo de resolução em 2015. Depois de muitas discussões, não houve nenhum avanço, quanto ao problema de .AMAZON, nenhuma solução. E o Board decidiu durante a reunião em Kobe, decidiu deixar mais quatro semanas para buscar uma solução razoável e aceitável. E nesse período de quatro semanas, que acabou em 7 de Abril de 2019, ficou evidente que não houve, não foi encontrada nenhuma solução. E em 17 de Abril, a corporação Amazon enviou a ICANN, alguns compromissos de interesse público, cujo o objetivo foi buscar soluções para esse contencioso e uma proposta também.

A última decisão do Board, 5 de Maio, em resposta a solicitação a corporação foi pedir que a ICANN continuasse discutindo essa questão, de acordo com o programa de políticas e para que fornecesse uma solução e um série de compromissos, que não são públicos ainda, porque o governo da Colômbia rejeitou essa solicitação da corporação. E essa resolução da Diretoria foi que a ICANN Org devia ajudar ambas as partes a encontrar uma solução amigável, de meio termo, mas não houve nenhuma solução, por enquanto. Portanto, decidiram solicitar a ICANN Org, que continuasse com as negociações a respeito do .AMAZON perante a OTCA. E o Board decidiu que a proposta da

corporação Amazon era inconsistente a respeito da proposta da ICANN. E o Board não podia decidir, quanto a uma solicitação sem ter uma fundamentação, uma razão clara. Então, o governo da Colômbia transmitiu a Diretoria da ICANN, uma recomendação, uma solicitação para fazer uma resolução.

MANAL ISMAIL: Muito obrigado, Laurent. Thiago, você gostaria de falar?

THIAGO JARDIM: Muito obrigado. Muito obrigado, Laurent. Como nós planejamos nessa sessão sobre a solicitação de .AMAZON, seria uma oportunidade da ICANN, do GAC ter uma discussão interna com o Board e a comunidade em geral, para se preparar. Eu gostaria, primeiro, de falar alguns pontos, que vocês já sabem que tem a ver com a posição do Brasil. E antes de passar a palavra para os países envolvidos, eu abriria o microfone para outros membros do GAC para decidirmos como proceder.

Como vocês sabem, as solicitações de .AMAZON foi em 2009, foram solicitadas em 2012, seguindo as regras do manual de 2012. Então, o GAC pode fazer uma recomendação sem consenso, por exemplo, que foi o Golfo Pérsico .PERSIAN.GOV (.GOLFOPERSICO) e então, a Diretoria foi obrigada a levar em conta ou retirar, assumir as consequências de não aplicar a recomendação do GAC, que foi uma recomendação sem

consenso. Na verdade, o GAC, a Diretoria autorizou a delegação da solicitação de Persian Gov e depois, teve que voltar atrás. Então, o GAC geralmente, faz uma recomendação por consenso, que é mais forte, tem mais força. E então, foi decidido em 2014, que não deveria ser delegado .AMAZON e a solicitação da empresa, do solicitante contra a decisão da Diretoria de aceitar a recomendação do GAC. Como consequência, então, há um painel de revisão recomendou que a Diretoria deveria decidir novamente, se deveria ser delegado o .AMAZON levando em conta a objeção por consenso do GAC. Então, através dessa recomendação do painel composto de três juízes, a Diretoria solicitou que o GAC fornecesse mais informações e aqui eu cito, de que a recomendação do GAC do .AMAZON não deveria ser delegada e que o GAC gostaria de compartilhar informações com o Board. E as informações que solicitou, quanto as recomendações do GAC é que a .AMAZON, a solicitação não deveria ser delegada. Isso foi uma situação mutuamente aceitável, a uma situação mutuamente aceitável, seria necessária para isso. Mas a Diretoria decidiu delegar o .AMAZON contra a aceitação, que não foi aceito pelo Brasil e outros oito países do tratado. Na verdade, a proposta foi aceita essencialmente, a mesma e em alguns aspectos pior do que apresentada em 2017. Essa política envolve uma solicitação, que levanta questões de políticas públicas, que envolve então, uma solução mutuamente aceitável para a região. Isso é muito

necessário. Então, essa proposta não atendeu a recomendação do GAC. E essa proposta, essa solicitação é praticamente igual ao que foi feita anteriormente, em 2017. E os oito países da região amazônica, então propôs uma, que a delegação, que essa cadeia de caracteres Amazon seria oferecida a companhia, mas que haveria discussão com os países. E as partes então, deveriam chegar a um acordo e a grande preocupação é que a Diretoria decidiu então, não levar em conta a recomendação do GAC e ignorar as políticas públicas dos governos. Então, ignorou a recomendação do GAC, que foi bastante clara em relação a uma solução mutuamente aceitável entre a empresa e os países e a Diretoria. Então, um dos valores da ICANN - e eu cito aqui, está nos estatutos - é que os governos e as autoridades públicas são responsáveis pelas políticas públicas. Não, a Diretoria da ICANN. Então, eu gostaria de concluir a declaração do Ministro de Relações Exteriores do Brasil dizendo que o Brasil deplora essa decisão, que foi publicada em 2019 para delegar a .AMAZON para a empresa Amazon, em regime de exclusividade. E na ausência de uma solução mutuamente aceitável entre o Brasil e a empresa. A decisão da ICANN, uma entidade de direito privado, no qual os estados não são membros e não levou em conta a recomendação de políticas públicas, que veio do GAC e reconhece que o caráter público e de natureza politicamente sensível e considera a delegação desses nomes de domínio devem ocorrer apenas com base numa solução aceitável para os

países da região amazônica. É batente perturbadora essa entidade de não considerar o interesse público, identificado por oito governos e em especial, a necessidade de salvaguardar o patrimônio natural, cultural e simbólico dos países e povos da região amazônica. O Brasil sempre deu muito apoio a abordagem multissetorial e nós achamos que, eu acho que nós aqui no GAC, deveremos colocar no Communique que as recomendações do GAC sobre as solicitações .AMAZON não foram lavadas em conta e lamentamos isso e que a Diretoria deve reestabelecer a proposta, para que possam encontrar uma acordo.

COLÔMBIA:

Presidente, Olga, Thiago e colegas do GAC, observadores do GAC. Eu sou o representante do Ministro de Economia Digital e eu vou continuar em espanhol.

A delegação da república da Colômbia deseja agradecer esse espaço para mencionar de forma pontual algumas considerações com relação a solicitação da delegação do TLD .AMAZON, Como se sabe, desde o início, os oito países que formam parte da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) manifestamos a nossa firme rejeição a qualquer pretensão de apropriação por parte de terceiros dos nomes geográficos dos estados, que fazem parte do OTCA sem o devido consentimento dos países amazônicos, que consta em

diferentes declarações de Ministros do Exterior dos países amazônicos e do Conselho de Cooperação Amazônico. Em que os oito países manifestaram também as suas disposições de estabelecer um diálogo, que permitisse encontrar, como recomendado previamente pelo GAC< uma solução mutuamente aceitável. De qualquer forma, os presidentes dos estados, que fazem parte da Comunidade Andina das Nações. Isto é a Colômbia, Bolívia, Equador e Peru publicaram uma declaração especial em 26 de Maio de 2019, em que manifestaram a sua profunda preocupação pela recente decisão da Diretoria da ICANN de prosseguir com o processo de delegação do domínio .AMAZON apesar da oposição dos membros da OTCA e contra o teor da declaração de Montreal de 2013 e resultado da quarta Conferência Ministerial sobre a sociedade da informação. Ali, os ministros da América Latina e do Caribe rejeitaram qualquer solicitação de propriedade deste domínio sem o consentimento dos países da região e inclusive, contra as recomendações desse Comitê Consultivo Governamental. Essa recomendação feita a Diretoria da ICANN. Tendo em conta a posição inequívoca dos estados amazônicos, cabe lembrar mais uma vez, que o GAC fez duas recomendações importantes sobre esse processo. A primeira, no comunidade de Durbin, que levou em conta as preocupações manifestados pelos países amazônicos e que considerou que a solicitação da companhia Amazon não deveria prosseguir. E a segunda, no

comunicado de Abu Dhabi, levando em conta os resultados de um painel de revisão independente, que determinou que se deveria encontrar - e eu enfatizo aqui -uma solução mutuamente aceitável, em relação as objeções expressas pelos estados-membros da Organização Amazônica. E em Abu Dhabi, no seu comunicado, vários membros do GAC manifestaram a sua preocupação sobre o precedente que seria gerado com essa solicitação. A essência dos termos de delegação de domínio. onde se utilizaram recomendações, ferramentas de soluções controvertidas. Bom, não vale a pena entrar em detalhes. Como o papel de facilitação encarregado ao CEO da empresa foi infrutífera, mas sim, é importante reiterar que a vontade dos países de iniciar qualquer conversa ou diálogo com a empresa, com a ICANN não foi de obter um acordo comercial ou econômico, mas sim, de proteger e atender as necessidades e representatividade dos povos que nós representamos. Por isso, o cumprimento e absoluto respeito, dito pela Diretoria. Esse comitê, inclusive [inaudível] na reunião de Kobe começamos a realizar comunicações diretas com a empresa, nas quais em diversas oportunidades, nós enviamos soluções técnicas e viáveis para conseguir uma solução mutuamente aceitável, enviando cinco propostas diferentes de compromissos de interesse público ou PIC, em inglês. Mas só obtivemos negativas e argumentos de impossibilidade pela parte da empresa. Algumas das propostas enviadas pelos países se referiam a

pactuar um sistema independente de solução controvérsias, de maneira conjunta, uma lista de nomes reservados. Estipular ou estabelecer uma comissão, em que tanto os países, como a empresa tivessem voz e voto para gestar esta lista de nomes reservados para seu registro e uso. E também sugerir um terceiro com conhecimento em termos de patrimônio cultural, que pudesse pronunciar-se sobre o significado em casos, em que houvesse a discrepância em relação aos nomes geográficos, contexto da solicitação. Concluindo, as propostas encaminhadas para obter a participação efetiva na governança compartilhada no domínio, em que a companhia preservasse o seu direito comercial e os estados, os seus interesses culturais, econômicos, políticos, sociais e ambientais da região amazônica e suas comunidades. Como manifestamos em várias comunicações enviadas a Diretoria da ICANN, todos os esforços foram infrutíferos e frustrantes para as nações. Porque ficou claro que a empresa não se interessou em estabelecer um diálogo e uma solução possível, aceitável para todas as partes. Mas sim, a que os países, sim aceitassem o que fosse mais conveniente aos interesses privados da empresa. Então, se deve esclarecer que em nenhum caso, isso vai acontecer. Porque, como se sabe, esse papel não é de um CEO de uma Diretoria, de uma empresa. Porque um governo deve representar sempre o seu povo e os seus interesses. Esse interesse de busca de uma solução aceitável para as partes, então levou aos países a serem

mais ativos a fim de compreender e assimilar as particularidades desse processo, razão pelo qual, o governo da Colômbia solicitou a ICANN ler os documentos, que a empresa apresentou por meio de DIDP. Para a nossa surpresa, vimos que a resposta da empresa não foi feita com rapidez e foi negada a nossa solicitação para sim, com documentos confidenciais que não foram revelados. Razão pela qual foi uma tarefa de investigação e busca, para conseguir estabelecer quais eram as especificações da companhia. Nós solicitamos, enfaticamente, a Diretoria da ICANN se não houvesse comunicação dessas preocupações, que foram estabelecidas. Queríamos saber. O governo da Colômbia apresentou um recurso de reconsideração, que esperamos que seja resolvido para poder resolver as nossas inquietações sobre o processo. Aproveitamos esta oportunidade para novamente, fazer uma chamada de atenção aos países que fazem parte do comitê, para que levem em conta essas legítimas preocupações e interesses dos estados para busca de uma solução. Isso é chave para o esquema de governança global sobre internet, que preserve adequadamente e permita que a internet continue a ser uma rede Inter operável com igualdade de oportunidades para todos. Lembramos que a base dessa discussão é o que está disposto no estatuto a corporação que é na seção 1.2, número 2 indica que qualquer processo de decisão e ações da ICANN devem refletir a diversidade geográfica e cultural da internet. A ICANN deve

seguir agindo como fórum global, em que sejam construídas pontes e soluções entre as partes interessadas, para alcançar um resultado mutuamente aceitável, cujo os sucessos beneficiarão não apenas as partes envolvidas, mas também as pessoas e regiões inteira do mundo. Mas neste caso, esse não é um caso isolado, mas esse seria um precedente péssimo para aquelas situações futuras de controvérsias, em quanto as denominações geográficas. Por isso, reafirmamos nosso compromisso com o fortalecimento, não apenas do GAC, mas também da função e dever em defesa dos interesses dos estados no sistema da ICANN. No modelo multissetorial da ICANN, tem trabalhado num contexto muito dinâmico, mas os aspectos sobre governança devem evoluir, evitando debilitar a função dos estados, como representante de interesse comum e sujeitos aos principais do direito e da comunidade internacional. É por isso, que consideramos que os processos da ICANN devem fortalecer uma tomada de decisões inclusivas, que nunca é possível sem a participação, apoio dos estados que neste caso, representamos aproximadamente 348 milhões de pessoas. E expressamos a nossa confiança de que o processo de delegação do domínio .AMAZON será um precedente decisivo sobre uma boa administração e busca de um sólido consenso dos atores. E por último, queremos destacar, que uma solução mutuamente aceitável seria emblemática para um modelo multissetorial, que a ICANN pretende fomentar. Mas que um

fracasso nessa solução seria realmente, um impacto muito negativo para a ICANN, especialmente para o GAC. E é por isso, que solicitamos o apoio dos países aqui presentes, para estudar e referendar novamente, a recomendação do GAC e também para acompanhar a solicitação de adiamento ou não procedência desta decisão, em caso de não encontrar uma solução mutuamente aceitável. Muito obrigado.

MANAL ISMAIL:

Muito obrigado a Colômbia. Vou deixar aqui a palavra para o representante do Peru.

PERU:

Muito obrigado, presidente, pela oportunidade para trazer aqui a declaração de quatro presidentes, que pertencem a Comunidade Andina de Nações. Vou tentar ser breve e vou ler a declaração. É uma declaração especial dos presidentes andinos sobre o uso de novas tecnologias e o domínio de primeiro nível .AMAZON. É de 26 de Maio de 2019.

Na nossa dupla condição de países andinos e também, amazônicos, expressamos profunda preocupação pela recente decisão da Diretoria da corporação da internet para atribuição de nomes e números, a ICANN, que foi adotada em 17 de Maio de 2019, que viabiliza a delegação do domínio de nível superior .AMAZON a companhia Amazon Inc, em regime de exclusividade.

Apesar da oposição dos países parte do Tratado OTCA de Cooperação Amazônica e contra e recomendação do Comitê Consultivo Governamental, o GAC da ICANN. Isso, de alcançar uma solução mutuamente aceitável, com essa decisão a ICANN não só estaria criando um grave precedente, priorizando os interesses comerciais e privados, acima de considerações de políticas públicas dos estados. Por exemplo, como são os direitos dos povos indígenas e a preservação da Amazônia para a humanidade e contra o aquecimento global. E ao mesmo tempo, desatende a Declaração de Montevideu de 2013, como resultado da quarta Conferência Ministerial sobre a Sociedade da Informação através da qual os ministros da América Latina e do Caribe rejeitaram toda a pretensão de apropriação sem o devido consentimento dos países da região da denominação Amazônia, em qualquer idioma. E também de qualquer outro domínio de topo referido a nomes geográficos, históricos, culturais ou naturais; que deveriam ser preservados como parte do seu patrimônio, identidade cultural. É por isso, que expressamos a decisão de unir esforços para proteger os interesses dos nossos países relacionados a nomes geográficos ou culturais e também o direito da identidade cultural dos povos indígenas, que pudessem ser afetados pelas novas tecnologias, como os domínios de topo da internet, em que a governança da internet não tenha se desenvolvido ou instrumentado adequadamente. É um espaço para a defesa dos

interesses públicos frente aos privados, como único âmbito de ação para a comunidade andina.

Isso foi assinado pelo presidente da Bolívia, pelo presidente da Colômbia, pelo presidente do Equador e também pelo presidente da República do Peru. A posição dos presidentes é uma posição de diálogo, especialmente, de diálogo e negociação e que sejam reconhecidos os interesses de ambas as partes, dos países amazônicos e também da companhia Amazon. Mas nós apelamos ao diálogo e a negociação especialmente. E agora, acabei de falar em nome dos países amazônicos e andinos, mas eu também queria me colocar do outro lado, na posição da companhia Amazon. Porque devemos colocar-nos no lugar das duas partes e isso é preciso para chegar a uma solução mutuamente aceitável.

Então, vou falar sobre uma matéria que foi publicada num jornal do Marrocos, em francês e eu vou passar para o francês. O jornal "Le Matin" de Marrocos, que é um dos jornais mais importantes do Marrocos. Faz três dias, esse jornal publicou um artigo com o cabeçalho de "Como a Amazon impõe a sua supremacia". É um artigo muito interessante. Eu vou distribuir aqui para que todos vocês possam tê-lo. E esse artigo diz que a Amazon chegou a um valor de US\$ 315,5 bilhões só em 2018. Naquele ano teve um ganho de US\$ 1 bilhão em um ano, isto é, 52% em relação ao ano anterior. O artigo continua, explica a situação da Amazon e por último, se formula uma pergunta "Está tudo bem com a

Amazon?". Não deveríamos ter tanta certeza, dizem os analistas. Porque segundo eles, a empresa está correndo risco de encontrar-se numa situação difícil, quanto aos seus homólogos europeus; também Américas e a Federação Trade Commission, que começam a pressentir tardiamente, o perigo que a Amazon representa. E que o seu peso financeiro desmesurado, essa marca tão poderosa, a sua onipresença conformam uma série de práticas anticompetitivas. Estão proibidas pela lei antitrust. E por que eu digo que me coloco aqui nos sapatos da Amazon? E é porque esse artigo não foi feito pelos países amazônicos, andinos para referir-se a Amazon. Mas é a visão de um jornal especializado do Marrocos, que se chama "L'Economiste", é a visão desse jornal sobre essa questão. Então, fazemos um apelo a Amazon, para que reconsidere a sua posição, que a sua posição seja uma posição de respeito pela posição dos países andinos e amazônicos.

Eu não acredito que o fato de que a Amazon imponha a sua posição contra os países amazônicos seja uma boa publicidade para a companhia. Acho que, de acordo com esse artigo, a posição da Amazon sob a perspectiva da opinião pública mundial, pode começar a mudar negativamente. Eu acho que a Amazon, como outras grandes multinacionais, como a Nestlé devem manifestar, que querem um diálogo, soluções mutuamente aceitáveis. E a melhor publicidade para a Amazon seria não impor seu domínio .AMAZON, mas compartilhá-lo ou

negociá-lo com os países amazônicos. Acho que seria uma excelente oportunidade para que a companhia mostrasse a comunidade mundial, essa atitude. Portanto, fazemos um apelo a todos os países presentes, em que a Amazon está presente, que considerem que através de um diálogo, chegar a um acordo mutuamente aceitável. Porque os países andinos não querem impor a sua posição, mas negociar e chegar a uma solução mutuamente aceitável. Também fazemos um apelo especial ao governo dos Estados Unidos da América, para que nos apoiem nesse sentido e também, que considerem que isso é justo e equitativo. Muito obrigado.

MANAL ISMAIL:

Muito obrigada, Peru. E agora é a vez da Venezuela.

VENEZUELA:

Muito obrigado, Manal. A nossa administração está muito contente, porque nesses 45 minutos, o fato de ter tido essa sessão em espanhol em 45 minutos e deixando que todos os delegados possa falar. Então, a República Bolivariana da Venezuela manifesta o seu contudente, a sua rejeição pela posição da ICANN, na sua declaração, na sua resolução de 2019, 0515-13 de continuar com o processo de delegação do domínio de topo .AMAZON a favor da empresa Amazon, Inc. Para a sua exploração sem ter alcançado um acordo mutuamente aceitável

entre os países envolvido e a empresa, que sempre foi o objetivo principal do GAC em todas as suas reuniões. O topônimo Amazon em todas as suas acepções ou equivalentes em outros idiomas é atribuído ao nome de uma região geográfica, que representa um valor cultural, patrimonial e transcendental dos países envolvidos, especialmente de seus habitantes, que são majoritariamente, povos indígenas. E neste sentido, não deve existir espaço para que a ICANN, que é uma corporação privada, delegue com fins comerciais, esse nome de domínio para os seus próprios interesses e sob nenhuma circunstância, quando essa determinação for comprometer uma das regiões com maior biodiversidade do planeta, o que representa um valor universal para toda a comunidade mundial. Os estados em defesa da soberania dos estados e povos amazônicos, de sua inclusão da sociedade de informação tem um efeito de estabelecer limites, reconhecer no direito internacional público sobre a importância das partes públicas e privadas, como a ICANN, de aceitar nomes com um significado geográfico e cultural, como um TLD. Exceto se os governos aceitarem, Então, o governo da Venezuela, em nome do povo da Venezuela faz um apelo aos outros países amazônicos para deixar de lado disputas e também, para fazer esforços conjuntos para encontrar uma solução satisfatória para esse importante assunto e também, denunciar a tentativa de vulnerar os direitos

sociais e culturais dos nossos povos, em favor de interesses de corporações. Muito obrigado pela atenção.

MANAL ISMAIL: Obrigada a Venezuela. Eu não vejo ninguém mais que pede a palavra. Então, deixo o espaço aberto para que os colegas aqui façam os seus comentários. A Suíça.

JORGE CANCIO: Já estamos na pausa para o café, vou ser breve, então. A recomendação de Abu Dhabi foi muito clara, quanto ao texto e a fundamentação. Realmente, há necessidade de uma solução mutuamente aceitável. Isso foi expresso pelos colegas, que falaram agora. Eu realmente, eu concordo com a sua posição e também com a vontade de buscar uma solução através do diálogo. O fato de continuar com essa solicitação sem dar uma possibilidade real para encontrar uma solução, não seria coerente com a recomendação do GAC de Abu Dhabi, que é importante lembrar e relembrar. E temos feito isso nas últimas três reuniões, em Kobe, também depois de Kobe. Eu acho que o Board deveria ter considerado isso. Facilitar o processo para buscar uma solução e se isso não for possível através dos meios escolhidos até esse momento, deveríamos ter buscado outras soluções, meios para encontrar uma solução mutuamente aceitável. Temos testemunhado em outros processos da ICANN,

que às vezes, há mediadores independentes, que foram contratados para questões sérias, como essa aqui. Essa é uma questão, que realmente vai até o núcleo mesmo, do modelo multissetorial. Portanto, deveríamos buscar uma solução mutuamente aceitável. E espero que ainda não seja tarde demais, que continuemos a estarmos comprometidos para buscar uma solução mutuamente aceitável e que sejam tomados passos rapidamente nessa direção.

MANAL ISMAIL:

Muito obrigado, Suíça. Nós ainda vamos discutir isso. Fico bem contente, que tenhamos discutido isso agora. Porque amanhã, com a Diretoria, nós estamos preparando... desculpem, eu passar então, o intervalo do café. Mas vou passar a palavra para o Uruguai.

ALEJANDRA:

O governo do Uruguai expressa seu apoio. Nós sabemos que há uma falta de consideração as recomendações do GAC e ao modelo multissetorial. Nós sabemos que houve uma falta de recomendações anteriores e a razão e foram ignoradas essas recomendações. A resolução abre um precedente, que certamente não é desejável. Esperamos que haja uma solução diferente nessa questão de interesse público. E como membro da comunidade multissetorial, temos concentrar os nossos

esforços para encontrar essa solução mutuamente aceitável.
Muito obrigada.

UNIÃO EUROPEIA:

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer os representantes do Brasil, Colômbia, Peru, Venezuela e da ICANN Org por lembrar o histórico e os desafios dessa caso. Em geral, para nomes geográficos, que tem uma dimensão de interesse público, nós devemos chegar a uma solução mutuamente aceitável, que foi dito no comunicado do GAC. Essa discussão deve ocorrer num prazo razoável e como foi mencionado, ocorrer então, como mencionado através de serviço de mediação da ICANN ou por um terceiro. Ficou muito claro que não houve uma solução mutuamente aceitável e eu acho que devemos pedir que a Diretoria explique por que não levaram em conta as recomendações feitas no Communique de Adu Dhabi.

MANAL ISMAIL:

Fala Argentina.

OLGA CAVALLI:

Eu vou falar em espanhol, porque a maior parte da sessão está sendo em espanhol. Eu gostaria de expressar o desejo da delegação da Argentina de buscar uma solução mutuamente aceitável para os países através do diálogo. Gostaria também de

dizer que a delegação argentina desde 2013 fez um grande esforço para fortalecer esse diálogo através da coordenação do Grupo de Trabalho do GAC sobre Nomes Geográficos durante vários anos, tentando entender as diferentes posições, tanto dos países envolvidos como das empresas interessadas. Tentando evitar conflitos, criar regras mais claras para o futuro e portanto, reduzir dificuldades dos solicitantes e dos países. A delegação argentina investiu tempo e esforço para esse diálogo. Estamos agora envolvidos na coordenação do Grupo de Trabalho de Grupos Geográficos para nova rodada de gTLDs. Sabemos que não é fácil encontrar uma solução para diferentes posições, que sejam aceitáveis para ambas as partes, países, comunidades e empresa. Mas nós continuamos acreditando no diálogo, em soluções mutuamente aceitáveis. Muito obrigada.

MANAL ISMAIL: Muito obrigada, Argentina. Tenho Portugal e Estados Unidos.

PORTUGAL: Bom dia. Vou falar em português. Bom, isto é claramente uma questão de política pública e de interesse público. E portanto não são políticas, que adotáveis por empresas privadas. E portanto, há aqui um enorme mal-entendido na própria ICANN sobre o que é política pública. Portanto, é claramente algo que não é do conhecimento. E por isso, acho que o direito

internacional tem que ser visto e temos que recorrer ao mesmo. Por outro lado, lamentamos. Portanto, o governo português lamenta profundamente, que o "multi stakeholder approach", que seja apenas para servir os interesses privados e para retirar poder aos governos. Governos esses que são sufragados pelos cidadãos. Portanto, se há algo mais democrático e com mais compromisso com todos, são de fato, os governos - principalmente, os democráticos - que são eleitos pelos cidadãos. Portanto, não é uma empresa privada, que o faz. Por outro lado, o .AMAZON é uma questão. Não é só uma questão de princípio, tornou-se uma questão princípio. Portanto, era óbvio que o .AMAZON, nunca poderia ter sido entregue a uma empresa privada. A Amazon estava muito bem, tanto que continua a achar que .AMAON é fortíssima. E portanto, a Amazon vai sentir num assunto, que em [inaudível], onde seria muito mais recebido, que é de fato ter um "generic top level domain", que se chama Amazon. Posto isto, houve muitas discussões, há muitos anos discutimos isto. Há muitos países que dizem que não se metem, porque isto uma questão que tem a ver com os países andinos e amazônicos. Maior erro. Claro que não. Isto é uma questão, esta sim é uma questão de princípio. Portanto, hoje é .AMAZON, amanhã será outra coisa qualquer e que poderá ser num país asiático, árabe, europeu. E depois, aí dirão "ah, afinal, isto era uma questão de princípio para todos os governos". Acho que isto também vai num momento

interessante da discussão mundial com publicação do relatório do "high-level panel" da ONU. Porque ficou muita coisa em causa. E portanto, acho que este assunto estava aí, porque há muita coisa em jogo a nível mundial e o .AMAZON é ótimo para esta discussão a nível mundial do que é esse multi stakeholder. Multi stakeholder agora significa todos os outros stakeholders, menos o governo? Obrigada.

MANAL ISMAIL: Obrigada, Portugal. É a vez dos Estados Unidos.

ESTADOS UNIDOS: Obrigado a Manal. Eu ouvi com muito interesse, as posições de diferentes colegas. Eu tenho estado envolvida nessas discussões nos último sete anos aproximadamente e também na declaração de Durbin. Eu não concordo com o que foi dito. Estados Unidos acreditam que - eu concordo com a Olga e com a Comissão Europeia - no sentido de que é necessário continuar deliberando e negociando e dialogando. Mas neste caso, os Estados Unidos não pode aceitar esses termos. O governo da Colômbia apresentou um apelo para ser recomendado e eu entendo que a especificação de interesse público, deve ser considerada num processo de comentário público. Eu espero que comecemos dessa maneira. E essa é a nossa posição atual.

MANAL ISMAIL: Obrigada, Estados Unidos. Obrigada a todos, os que participaram. E peço as desculpas por ter pulado a pausa para o café. Mas era importante ouvir todos aqui. Então, concluímos aqui a discussão sobre .AMAZON. E gostaria de convidar os colegas da GNSO, para falar aqui no painel e começar a nossa reunião conjunta entre o GAC e a GNSO. Desculpas.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]